



ATUAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DA COVID-19 - DESAFIOS DA AUTONOMIA MUNICIPAL E DA DESCENTRALIZAÇÃO FEDERATIVA

PERFORMANCE OF THE MUNICIPALITY OF SANTO ANDRÉ IN COPING WITH THE COVID-19 PANDEMIC - CHALLENGES OF MUNICIPAL AUTONOMY AND FEDERATIVE DECENTRALIZATION

ELISABETE MARIUCCI LOPES

Coordenadora do Curso de Direito da Universidade São Judas, campus Mooca. Assessora Jurídica da Secretaria de Saúde do Município de Santo André durante o período de pandemia (2020-2022). Advogada, Especialista e Mestre em Direito Constitucional. Docente em cursos de graduação, pós-graduação e preparatórios para prova da OAB.

RESUMO

No Brasil, na data de 04 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria 188/2020, declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde - OMS decretou estado de pandemia. De imediato foram exigidas medidas locais, além de nacionais e internacionais, para conter a propagação do vírus. O município de Santo André-SP destacou-se pelo conjunto de medidas adotadas para o enfrentamento da covid-19, sendo registrado todo o trabalho executado em vários canais de comunicação nacionais e internacionais. É necessário entender como a cidade obteve esses resultados e qual teria sido a margem de autonomia decisória para tomada das ações. Pretende-se avaliar os impactos da descentralização e das competências municipais para que se possa dimensionar o poder local no arranjo federativo sob a ótica de uma das maiores crises da história da saúde pública.

Palavras-chave: Poder local; COVID; pandemia; autonomia municipal.

ABSTRACT

In Brazil, on February 4, 2020, the Ministry of Health, through Ordinance 188/2020, declared a Public Health Emergency of National Importance (ESPIN) and, on March 11, 2020, the World Health Organization - WHO declared a state of pandemic. Local, as well as national and international measures, were immediately required to contain the spread of the virus. The municipality of Santo André-SP stood out for the set of measures adopted to cope with covid-19, being recorded all the work performed in various national and international communication channels. It is necessary to understand how the city obtained these results and what would have been the margin of decision-making autonomy for taking the actions. It is intended to evaluate the impacts of decentralization and municipal competences so that local power can be dimensioned in the federative arrangement from the perspective of one of the greatest crises in the history of public health.





Keywords: Local government; COVID; pandemic; municipal autonomy.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto verificar a atuação do município de Santo André no enfrentamento à pandemia da COVID-19, mas, antes disso, se faz necessária a contextualização das características demográficas, sociais e econômicas da cidade.

Conforme dados do IBGE, Santo André é um município da Região do Grande ABC, na Região Metropolitana de São Paulo. A população estimada em 2021 era de 723.889 mil habitantes. Sua área é de 175,782 km. De acordo com o último censo (2010), possui densidade demográfica de 3.848,01 hab/km. Em 2019, o salário médio mensal era de 2,7 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34,2%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 30.5% da população nessas condições, o que o colocava na posição 371 de 645 dentre as cidades do estado e na posição 4579 de 5570 dentre as cidades do Brasil. No que tange ao combate à pandemia do COVID-19, Santo André chegou alcançar o número de 2.650ii casos confirmados de contaminação na semana de 28 de março de 2021. A taxa de ocupação de leitos, em 30 de março de 2021, chegou em 93% e 94% em enfermarias e em UTIs, respectivamente, entre hospitais públicos e privados. Considerando o acumulado desde o início da pandemia até o dia 17 de maio de 2022, a cidade registrou 88.819 casos confirmados e 2.797 óbitos. Apesar do grande número de casos confirmados, o fato é que não faltaram leitos e insumos aos pacientes que buscaram os equipamentos andreenses da rede pública de saúde.

Tendo em vista que outras cidades com número menor de atendimentos entraram em colapso, sendo manchetes devido falta de leitos, oxigênio, máscaras, deve-se verificar quais foram as estratégias utilizadas pelo município andreense para vencer essa terrível fase da saúde pública mundial e quais as dificuldades enfrentadas especialmente devido as competências federativas que possui. Antes, porém, é necessário avaliar a estrutura com a qual o município já contava antes da pandemia.

2 DA ESTRUTURA DA REDE DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ





Antes do advento da pandemia, a rede pública de saúde já comportava, no âmbito do Município de Santo André, os equipamentos a seguir identificados de acordo com cada área de atuação.

Atenção Básica	Urgência e Emergência	Atenção Especializada
<ul style="list-style-type: none"> • 32 Unidades de Saúde • 52 Equipes de Estratégia Saúde da Família, envolvendo saúde bucal com 16 equipes • 01 equipe de Agentes Comunitários de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • 05 UPAS • PA Paranapiacaba • PA Vila Luzita • SAMU, com 10 unidades de suporte básico de vida (SBV), 03 unidades de suporte avançado (USA) e 04 motolâncias 	<ul style="list-style-type: none"> • 04 Centros Médicos de Especialidades • Centro Especializado em Reabilitação • 02 Centros de Odontologia • CME - Infectologia

ATENÇÃO HOSPITALAR		
CHM - Centro Hospitalar do Município de Santo André	Hospital da Mulher Maria José Santos Stein	
Referência para os casos de urgência e emergência, internações nas áreas clínicas e cirúrgicas adulto e infantil e UTI adulto e infantil, realizando tomografias computadorizadas e ressonância nuclear magnética, ultrassonografia, broncoscopia, endoscopia, colonoscopia, retossigmoidoscopia, ecocardiograma, eletrocardiograma, hemoterapia instalados no próprio hospital. É hospital universitário terciário.	Fundado em agosto de 2008 pela prefeitura de Santo André, em parceria com a Fundação ABC (OSS), é considerado o maior centro de referência em saúde da mulher da região do ABC, com atendimento qualificado, equipamentos modernos e profissionais especializados. É parte integrante da Rede Cegonha, que é a rede regional de atenção ao pré-natal, parto, puerpério, recém nascidos e crianças até dois anos de idade.	
SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO		
Vigilância	Apoio à Gestão	Outros Serviços
<ul style="list-style-type: none"> • Saúde Epidemiológica, • Controle de Zoonoses e de animais sinantrópicos • Ambiental • Saúde do Trabalhador – CEREST • Sanitária- VISA 	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Farmacêutica; • Serviço de Remoção de Pacientes; • Transporte Sanitário e Interhospitalar; • Ouvidoria 	<ul style="list-style-type: none"> • Regulação • Escola da Saúde • Apoio Institucional

É notório que o município já possuía ampla estrutura de atendimento à saúde e que, frente a outros menos favorecidos, detinha melhores condições de enfrentamento à





pandemia. A COVID-19, contudo, trouxe um enorme desafio a toda rede de saúde e mesmo um município com as características de Santo André precisou inovar para que pudesse atender sua população de modo humanizado e com qualidade, driblando as dificuldades decorrentes das competências que possui face aos entes subnacionais e ao governo da União.

De acordo com o plano de contingenciamento, foram estabelecidos fluxos próprios aos pacientes com suspeita de infecção pelo SARS-COV-2 em todas as unidades de saúde, com treinamento para todas as equipes. O CHM permaneceu como principal equipamento para tratamento dos casos graves e o Hospital da Mulher também passou a promover atendimento com os protocolos estabelecidos pelo plano. A cidade promoveu essas ações em tempo recorde vez que, para tanto, possuía plena competência e legitimidade para execução, assim como outras ações que serão esclarecidas na sequência.

3 AÇÕES TOMADAS PELO PODER PÚBLICO LOCAL

No texto de Marta Rocha e outras, que trata do balanço provisório sobre os governos municipais frente ao coronavírus, destaca-se que “mesmo antes da confirmação do primeiro caso de Covid-19 no Brasil, a grande maioria dos governos estaduais já havia elaborado seus planos de contingência e vários estados e municípios já tinham colocado em prática, em janeiro e fevereiro, ações preparatórias que incluíram: formação de grupos e comitês de enfrentamento; definição de estratégias de vigilância de casos suspeitos; definição do fluxo de atendimento; capacitação de profissionais de saúde e elaboração de planos municipais de contingência. O referido texto ressalta, contudo, que foi somente a partir de 11 de março, quando a OMS reconheceu o surto de Covid-19 como uma pandemia, que as primeiras medidas legislativas tiveram lugar.

De fato, nessa mesma linha e conforme registrado em página oficial, o primeiro Decreto Municipal para enfrentamento ao COVID-19 em Santo André foi o de número





17.316, de 14/03/2020, instituindo o Comitê Municipal de Contingenciamento do Coronavírus.

Conforme registrado em página oficial da Organização Social gestora dos equipamentos municipais de saúde à época, Fundação do ABC, entre as medidas adotadas pela Secretaria de Saúde de Santo André estavam a capacitação sobre os aspectos gerais da doença para equipes da atenção básica, atenção hospitalar e urgência e emergência. O município também redimensionou a logística de transporte do material coletado a ser enviado ao Instituto Adolfo Lutz, com o objetivo de agilizar o processo de obtenção dos resultados de exames de casos suspeitos. Além disso, banners informativos sobre etiqueta respiratória serão instalados nos equipamentos de saúde. Ressaltou-se que outras medidas poderiam ser adotadas, como ampliação do horário de atendimento em unidades de saúde e suspensão temporária das cirurgias eletivas, garantindo o aumento dos leitos disponíveis. O Secretário de Saúde ressaltou que naquele momento de apreensão com o novo coronavírus era fundamental que fosse mantida a serenidade e que esforços fossem mobilizados para garantir à população a assistência adequada e prevenção à doença. Como forma de prevenção, o Departamento de Vigilância à Saúde orientaria a população a intensificar o uso dos protocolos de etiqueta respiratória (higiene das mãos com água e sabão ou com álcool gel, principalmente depois de tossir ou espirrar), além de evitar tocar os olhos, nariz ou boca após contato com superfícies potencialmente contaminadas como corrimãos, bancos e maçanetas.vi

Posteriormente, houve a publicação do Decreto 17.317, de 17 de março de 2020, dispondo sobre as primeiras medidas temporárias que se traduziram em:

- a) Suspensão de todas as atividades e eventos públicos coletivos de cunho cultural, esportivo, educacional, de lazer e cursos da Escola de Ouro, que envolvessem concentração e aglomeração de pessoas, se aplicando a todos os equipamentos públicos como o Museu da Casa do Olhar, Casa da Palavra, Bibliotecas, Ludoteca, Sabina, CRISA, CESAS, entre outros.
- b) suspensão das aulas nas escolas ou creches municipais;
- c) afastamento dos servidores públicos com idade a partir de 60 (sessenta) anos, gestantes, portadores de doenças crônicas, doenças imunossuprimidas, sem prejuízo da remuneração.
- d) Cancelamento das férias e licenças-prêmio de servidores municipais, pertencentes à área da Saúde, para fortalecimento do funcionamento e atendimento da rede municipal e auxílio no enfrentamento da emergência de saúde pública.





- e) autorização aos servidores, de acordo com anuência do superior hierárquico, o exercício remoto das funções
- f) intensificação da higienização dos mobiliários que guarneciam as repartições, com produtos adequados, mantendo limpos os ambientes de uso coletivo.
- g) Promoção de campanhas educativas nos parques municipais, escolas e Unidades de Saúde com distribuição de materiais informativos acerca do Coronavírus, higiene e cuidados pessoais.
- h) recomendação aos demais poderes, órgãos ou entidades autônomas, bem como ao setor privado do Município de Santo André a suspensão de realização de eventos e sessões em locais que gerassem aglomeração de pessoas e disponibilização de álcool gel para os usuários em locais de grande circulação de pessoas; reforço nas medidas de higienização interna nos veículos das empresas de transporte coletivo; redução das visitas externas nas casas de repouso, asilos e congêneres com intensificação das medidas de higiene dos visitantes e funcionários.

Foram publicados, ainda, outros Decretos, todos verificados no site da Câmara Municipal de Santo André, com novas recomendações, dentre as quais se destacam:

- a) suspensão das aulas presenciais nas instituições privadas, fechamento dos parques, recomendação aos condomínios e edifícios na proibição da utilização das áreas comuns, tais como brinquedotecas, piscinas, academias de ginástica, quadras de esportes (abertas ou fechadas), playgrounds, churrasqueiras, salão de festas, salão de jogos, sala de reuniões, entre outros;
- b) fechamento temporário dos restaurantes administrados pela Companhia Regional de Abastecimento Integrado de Santo André – CRAISA;
- c) suspensão temporária da utilização do cartão do estudante do transporte coletivo urbano;
- d) suspensão do atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e centros de comércio informal;
- e) suspensão do atendimento presencial na Praça de Atendimento do Paço Municipal, nos postos SIM e no PROCON do Município.
- f) Restrição temporária de uso do transporte coletivo urbano aos maiores de 60 anos
- g) Fixação de novo prazo de vencimento para impostos sobre serviços de qualquer natureza
- h) Declaração de estado de calamidade pública
- i) Atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e centros de comércio informal
- j) Distribuição de alimentos perecíveis e não perecíveis, kit merenda, e produtos de higiene, kit higiene, aos alunos da rede municipal de ensino

A partir de 13 de junho de 2020, para promover a retomada gradual e consciente da economia, promoveu-se a contratação de estruturas de tendas com equipes em diversos pontos da cidade, como feiras, terminais rodoviários e pontos comerciais para distribuição de máscaras, álcool em gel, aferição de temperatura, implementação de lockdown noturno.





Todas as medidas foram tomadas com respeito ao plano estadual para o combate à pandemia (Plano São Paulo), confirmando o apontado pelas autoras do artigo já mencionado ao afirmarem que, no tocante às relações entre governadores e prefeitos, considerando as medidas efetivamente adotadas, sugere-se alinhamento na maioria dos cenários desde a confirmação do primeiro caso no país. De fato, a postura dos gestores municipais revelou alinhamento com o governo estadual, gerando maior celeridade e adequação de suas ações, evidenciando, no entanto, maior protagonismo por parte do Município, na tomada de ações próprias pra o enfrentamento da pandemia, inclusive no tocante a fiscalização das medidas adotadas, sobre a qual possuía plena competência.

As autoras registram que embora todos os municípios tenham adotado diversas medidas, nem todos, em princípio, investiram igualmente na fiscalização, sendo que, em alguns casos a Guarda Municipal foi empregada para orientar os cidadãos nos espaços públicos e dissipar aglomerações. Nesse aspecto, em março de 2020, foi implementada a Operação Comércio Responsável, realizada pelas equipes da Prefeitura de Santo André, Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) e GCM (Guarda Civil Municipal), com apoio das polícias Militar e Civil. Conforme dados divulgados em 13 de março de 2021, só em 2021, até aquele momento, foram mais de 1.600 locais vistoriados em 55 bairros da cidade. De acordo com os registros, durante as ações desse período, as equipes flagraram 111 aglomerações e 370 locais que funcionavam sem permissão ou fora do horário de funcionamento. Além disso, ocorreram 21 interdições, quase 500 orientações a responsáveis em estabelecimentos, 13 advertências ambientais e 18 autos de infração ambiental (multa) referentes a problemas de poluição sonora. Também foram emitidos 41 termos de compromisso e o Município utilizou drones para promover a fiscalização, chegando a interromper festa clandestina com cerca de 80 participantes.vii

A população também colaborou demasiadamente para o sucesso das operações, por meio do aplicativo do Colab, startup que surgiu em 2013 com uma proposta de aproximar cidadãos de seus governos através de uma ferramenta de tecnologia, disponibilizada em canal virtualviii, bem como pelos telefones 153 (GCM) e 190 (Polícia Militar).





No tocante a compensação econômica e social, destacaram-se as ações do Fundo de Solidariedade Social como o programa “Costurando com Amor”, que contou com duas fases, sendo que na primeira foram confeccionadas 800 mil máscaras por costureiras do município que se cadastraram e retiraram kits com tecido, linha e elástico, suficientes para a produção de 600 máscaras. As profissionais receberam R\$2,00 por máscara produzida, podendo chegar a um ganho de R\$1.200,00 no total da fase.ix

Todas as ações mencionadas até aqui foram alinhadas e colocadas em prática de modo rápido, pois, para tanto, o Município em nada dependia dos demais entes federados. Tais medidas, por si só, são significativas ao resultado alcançado pelo município, mas obviamente que o foco de atenção está nos hospitais de campanha e na estrutura que os envolveu, merecendo item exclusivo para sua análise.

4 DOS HOSPITAIS DE CAMPANHA

Logo que os primeiros casos de COVID-19 chegaram ao Brasil, o município de Santo André deu início à construção dos famosos hospitais de campanha. O primeiro foi instalado no Complexo Esportivo Pedro Dell’ Antonia e inaugurado em 15 de abril de 2020, com 180 leitos, sendo 20 de UTI. No dia 29 de abril foi entregue o segundo, localizado no Estádio Bruno José

Daniel, com cerca de 1.400 m² e 120 leitos, sendo 10 de UTI. Esses dois equipamentos, juntos, abrigaram 300 leitos de baixa, média e alta complexidades, que deram suporte à rede municipal de saúde em meio à pandemia de Covid-19. A partir do dia 11 de junho de 2020, Santo André passou a contar com o terceiro hospital de campanha, contendo mais 110 leitos, instalado na Universidade Federal do ABC. Na ocasião, o Prefeito destacou a importância da parceria para o cuidado da população e ressaltou que o álcool em gel utilizado seria produzido em laboratório da universidade, por meio de projeto conduzido por professores e técnicos administrativos da UFABC. O hospital foi instalado no espaço do Ginásio Poliesportivo, sendo que o campus foi dividido em dois diferentes setores para garantir que não haveria interação entre os públicos.





Em 22 de agosto de 2020, a Prefeitura de Santo André encerrou as atividades do hospital do Estádio Bruno Daniel, após três meses de funcionamento. Ao todo, foram 446 pacientes que foram atendidos, com tempo, médio, de internação de dez dias. Houve registro de 01 óbito. Em 30 de julho de 2021 foi a vez de encerrar as atividades do hospital instalado na Universidade Federal do ABC, que contou com o trabalho de 400 profissionais e recebeu o total de 3.827 pacientes infectados. Em março de 2021, o equipamento, que contava com 190 leitos, sendo dez de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), estava com 95% de ocupação, a maior registrada em todo o período de funcionamento.

Em 28 de outubro de 2021, as atividades no Complexo Esportivo Pedro Dell' Antonia foram encerradas após oitenta semanas de sua abertura. O hospital foi conduzido por cerca de 400 profissionais de diversas especialidades, a exemplo de médicos clínicos, intensivistas, infectologistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos e fisioterapeutas, que contaram com o apoio assistencial de médicos especialistas da rede de saúde da cidade, como cardiologistas, neurocirurgiões, proctologistas, anestesistas e vasculares.

Segundo registros no site da Prefeitura, desde a abertura do Hospital de Campanha Pedro Dell' Antonia, a Prefeitura de Santo André promoveu iniciativas para humanizar o atendimento aos munícipes internados, utilizando as ferramentas tecnológicas como grandes aliadas para aproximar pacientes e familiares, por meio das quais a equipe multiprofissional realizou diariamente, por videochamada, com duração de aproximadamente 20 minutos cada, havendo, ainda, adesão do uso de crachás com fotos que mostram os profissionais de saúde que atuam no local sorrindo, porque os trabalhadores precisavam utilizar paramentação especial composta, na maioria das vezes, por touca, óculos, máscara, viseira, avental, luva e propõe, o que acabava dificultando a identificação pelo paciente. No período mais crítico da pandemia, em março de 2021, o espaço chegou a ter 98% dos 190 leitos ocupados e estava há 56 dias sem ocupação.

Reforça-se, mais uma vez, a competência e agilidade do poder local para tratar de ações que não dependiam de outros níveis da federação, salvo, contudo, quanto ao repasse de recursos e, mesmo nesse aspecto, foi o próprio poder local que reorganizou





suas finanças para dar concretude a boa parte de suas ações. A prevenção, no entanto, seria a medida mais eficaz para garantir a vida e a saúde das pessoas, tendo sido árdua a corrida para obtenção das vacinas e da testagem em massa, como se verá no próximo item.

5 A SAGA DAS VACINAS E DA TESTAGEM EM MASSA

Esses dois componentes (vacinas e testagem em massa) não dependia de ação exclusiva do município, momento em que se revelou um dos maiores desafios enfrentados pelos governos locais diante das decisões tomadas pelo governo federal. Enquanto a maioria das Prefeituras e estados subnacionais defendia a vacinação, o governo federal entendia pela aplicação de outros protocolos que não foram corroborados pela classe científica do país, gerando tempo maior de espera dos brasileiros para obtenção das vacinas. O diretor do Butantan afirmou que o Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a começar a imunização contra o novo coronavírus se tivesse havido agilidade de todos os atores envolvidos na questão regulatória e contratual das vacinas. Afirmou, ainda, que enquanto outros países tinham definido os critérios para uso emergencial das vacinas em meados de 2020, no Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) só adotou esse tipo de regulamentação em dezembro, o que também provocou atraso no processo.

Dessa forma, foi longo o período de espera devido às dificuldades enfrentadas para obtenção das vacinas. A imunização foi iniciada no dia 19 de janeiro de 2021, no mesmo dia em que a cidade recebeu 11.360 doses da CoronaVac. Neste primeiro momento, foram imunizados os profissionais de saúde que atuavam na linha de frente de combate à Covid-19 nos hospitais de campanha, Centro Hospitalar Municipal e Hospital Estadual Mário Covas. O prefeito de Santo André, também presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, relatou que havia chegado 39 mil doses da vacina CoronaVac para as sete cidades e que o ABC iniciou a vacinação de forma simultânea. Em janeiro de 2022 a Prefeitura de Santo André ampliou os pontos de vacinação, contando com as Lojas Solidárias instalados em shoppings, passando a ter 17 pontos de





vacinação, sendo 13 em unidades de saúde, 02 nas Lojas Solidárias, e 02 postos de imunização drive-thru (Craisa e Carrefour).

As mesmas dificuldades foram vivenciadas com relação aos testes, que para obtenção houve ação conjunta dos municípios por meio do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que, em 31 de março de 2020, anunciou a compra de 1 milhão de kits para testes de covid-19, sendo a remessa dividida proporcionalmente, conforme o total de habitantes, entre os municípios representados: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Na data de 06 de maio de 2020, a Prefeitura de Santo André já começou a realizar a testagem em massa para diagnóstico da Covid-19. Os testes rápidos foram, primeiramente, direcionados apenas a profissionais da saúde, segurança e de outros serviços essenciais, como mercados, postos de combustível, farmácias, limpeza pública. Todos os testes foram realizado com agendamento prévio, realizado pela Prefeitura em parceria com associações e sindicatos que representavam cada categoria. Os exames foram feitos em sistema drive-thru no estacionamento do Grand Plaza Shopping, parceiro da iniciativa. Os trabalhadores não precisavam sair do carro e recebiam o resultado em cerca de 30 minutos.

Em 23 de junho de 2020, a testagem foi ampliada e destinou-se a idosos com idade acima de 60 anos com comorbidades. Segundo o Prefeito, Santo André é uma das cidades que mais testou a população. Além da testagem em idosos, até aquele momento, cerca de 26 mil pessoas que atuavam em serviços essenciais foram testadas, como profissionais que trabalham em supermercados, farmácias, açougues, postos de combustíveis, motoristas de ônibus, servidores, profissionais de saúde da rede pública, policiais militares, policiais civis, guardas municipais, dentistas, fisioterapeutas, profissionais liberais da saúde privada, bancários, porteiros, zeladores de condomínios, restaurantes e comerciantes dos principais corredores comerciais da cidade. Gradativamente, os testes foram sendo ampliados e, atualmente, já foram incluídas crianças entre seis meses a quatro anos de idade que moram na cidade e que estão matriculadas em escolas do município, públicas ou privadas. Foram disponibilizados 2.800 testes do tipo sorológico que identificam tanto se a criança já possui anticorpos





para a Covid como se ela está com a infecção ativa e transmitindo a doença. Os testes utilizados pela cidade foram cedidos pelo Instituto Butantan, sem custo para o município.

Atualmente, Santo André segue avançando no combate à Covid-19 e de acordo com o boletim de 16 de maio de 2022xx, foram aplicadas 1.702.082 vacinas, mas para que esses avanços fossem possíveis, notou-se a importância da atuação conjunta das cidades envolvidas no Consórcio Intermunicipal do ABC, objeto de análise do próximo item.

5 MEDIDAS REGIONAIS ADOTADAS POR MEIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

Conforme destacado no artigo de Vanessa Oliveira e outrosxxi, a região do ABC paulista possui reconhecimento nacional como exemplo de cooperação regional vez que abriga um dos mais antigos consórcios intermunicipais do país, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, composto por sete municípios (Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). O referido artigo destaca as seguintes ações do Consórcio Intermunicipal no tocante ao enfrentamento à pandemia:

- Suspensão do transporte público municipal gradativamente até o dia 28 de março de 2020 e de modo total a partir do dia 29, medida suspensa após diálogo com o Secretário de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo.
- Elaboração de documento, encaminhado ao presidente da República, demandando medidas emergenciais para mitigar os impactos econômicos e sociais da crise, evidenciando a atuação regional conjunta em atenção às necessidades das populações mais vulneráveis.
- Decisão coletiva dos prefeitos sobre o uso de máscaras e aferição de temperatura dos usuários em estabelecimentos comerciais e concessionárias de transporte público, bem como fornecimento de álcool em gel.
- Parceria com a empresa 99 para doação de 5 mil corridas para profissionais de saúde e assistência social que estavam atuando no combate ao coronavírus.
- Implantação do drive-thru solidário regional para arrecadação de alimentos e materiais de higiene e limpeza, encaminhados aos Fundos Sociais de Solidariedade dos municípios que repassaram para famílias em situação de vulnerabilidade social.
- Parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC) para disponibilização de plataforma COVIData para mapear casos suspeitos e auxiliar na tomada de decisão (questionário online, seguindo protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, que ajuda a subsidiar as secretarias municipais no acompanhamento da disseminação da doença. Entre 29/04 e 10/05 o COVIData analisou dados relacionados aos municípios do ABC paulista, chegando a um total de 2672





triagens; destas, 1106 foram classificadas como suspeitas e 828 como suspeitas graves)

- Compra de 1 milhão de equipamentos de proteção individual (luvas, máscaras descartáveis, aventais descartáveis, óculos de proteção e álcool em gel) para os sete municípios.

6 CONCLUSÃO

As ações promovidas pelo Município de Santo André ganharam repercussão nacional e internacional. Por diversas vezes, suas ações foram noticiadas pelas grandes emissoras brasileiras de televisão e em mídia internacional. Tais resultados foram obtidos devido a força que possui em relação às competências que lhes são exclusivas, como a organização dos fluxos de seus equipamentos, treinamento de seu efetivo, campanhas educativas locais, distribuição de materiais de higiene, aferição de temperaturas, aproximação com a população, como nas “lives” semanais realizadas pelos gestores municipais para esclarecer dúvidas, divulgar informações e, até mesmo, acalmar corações. Os atores envolvidos enfrentaram, no entanto, enorme adversidade para as práticas que exigiam atuação dos demais níveis de governo, como ocorreu, por exemplo, nos casos da testagem e das vacinas, momento em que se revelou de suma importância a existência do Consórcio Intermunicipal para agilizar e fortalecer suas solicitações, revelando o anunciado por Eduardo José Grin, ao destacar que “governos estaduais e municipais lidam com uma realidade muito complexa em que, mesmo agindo de forma responsável, encontram óbices de descoordenação e conflito Inter federativo e que essa situação foi exacerbada no combate à pandemia (Grin, 2022).

O município foi protagonista nas estratégias de ordem econômica e financeira empregadas para liberação de recursos de outros fundos municipais a serem empregados exclusivamente na saúde, vez que as receitas advindas da União e do Estado, muitas vezes, demoravam a chegar diante da necessidade de agir de modo rápido. Além disso, tais recursos sempre estiveram aquém da necessidade local. Por fim, o descompasso entre as ações dos diferentes níveis da federação foi o maior desafio enfrentado pelo poder local para salvar as vidas que estavam em seu território. Diante de todo o exposto, comprova-se o argumento de que “os principais constrangimentos





enfrentados hoje pelo federalismo brasileiro decorrem mais da dificuldade dos governos de redirecionar o rumo de certas políticas públicas e de lidar com questões macroeconômicas não-antecipadas pelos constituintes de 1988 do que de problemas decorrentes do desenho constitucional” (Souza, 2005). Sendo certo, ainda, que se torna relevante a promoção de alinhamento pela mobilização de recursos comunicacionais e informacionais para efetiva coordenação vertical, incluindo decisores políticos, gestores e instâncias burocráticas em distintos níveis de governo (Jaccoud, 2020).

REFERÊNCIAS

GRIN, Eduardo José e outros. A Pandemia e o Futuro do Federalismo Brasileiro. FGV EAESP | Cadernos Gestão Pública e Cidadania | Vol. 27 | n. 87 | Mai-Ago, 2022 in <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/85351/80643>. Acesso em 18/05/2022.21h35

JACCOUD, Luciana. Instrumentos de Coordenação e Relações Intergovernamentais. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. In https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200821_coordenacao_miolo_cap01.pdf. Acesso em 18/05/2022 às 21h28m.

OLIVEIRA, Vanessa e outros. <https://nepolufj.wordpress.com/2020/05/20/governos-municipais-em-cooperacao-para-o-enfrentamento-da-covid-19-o-caso-do-abc-paulista/>. Acesso em 15/05/2022 às 23h26m.

ROCHA, Marta e outras. Os Governos Municipais frente ao Coronavírus: Um Balanço Provisório. In https://nepolufj.files.wordpress.com/2020/04/primeiro-relatc3b3rio-nepolufj_28abril2020.pdf. Acesso em 15/05/2022 às 19h22m

SOUZA, Celina. “Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988” in <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/w75TqBF3yiv4JHqyV65vcjb/?lang=pt#> Acesso em 18/05/2022 21h19

